

Médicos denunciam fraude na Saúde

DULCE JANNOTTI

O Sindicato dos Médicos do Rio está entrando com uma notícia-crime no Ministério Público Federal, contra a Secretaria estadual de Saúde — gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) — acusando falta de fiscalização nas faturas apresentadas ao Inamps pelos prestadores de serviço do sistema conveniado. Segundo o vice-presidente do sindicato, Jorge Darze, com exceção dos serviços de hemodiálise, a revisão das contas apresentadas pelos 600 prestadores de serviço — que deveria ser feita por médicos-revisores — se limita à conferência do preenchimento das faturas.

As suspeitas de irregularidades aumentaram depois que chegou às mãos de Jorge Darze cópias de algumas faturas. “São cifras astronômicas, como a de Cr\$ 6,304 bilhões apresentada em setembro pelo Centro de Hematologia Santa Catarina”. No mês de junho, esse mesmo centro apresentou uma fatura de Cr\$ 1,3 bilhão ao Inamps e, de acordo com a listagem das Guias de Autorização de Pagamentos (GAP) da Dataprev, a prestadora recebeu em agosto um repasse — em quatro parcelas — referente a essa fatura, com um corte de 300 milhões.

Em julho, o Centro de Hematologia Santa Catarina apresentou uma fatura de Cr\$ 4,178 bilhões e só recebeu 2,993 bilhões; em agosto, a fatura foi de Cr\$ 4,178 bilhões, mas o pagamento feito em 21 de outubro foi de apenas Cr\$ 2,740 bilhões. “É muito estranho que uma entidade filan-

trópica como o Santa Catarina, deixe de receber o que produziu, fique com um déficit de quase Cr\$ 2 bilhões e ainda não tenha falido”, disse Jorge Darze.

Em algumas faturas o que chama atenção é o número excessivo de atendimentos e serviços prestados. A Clínica Ambulatorial Santa Catarina, na Pavuna, por exemplo, apresentou uma fatura ao Inamps de Cr\$ 61.156.162, em maio, sendo que desse total Cr\$ 13.299.550 são referentes a 3.175 restaurações dentárias com amálgama e Cr\$ 19.030.099 a 8.329 consultas. Em setembro, a fatura total foi de Cr\$ 235.109.200 sendo que Cr\$ 54.088.860 relativos a 3.738 obturações com amálgama e Cr\$ 58.683.352 a 7.574 consultas. Esses números dizem que, se a clínica funcionasse 30 dias por mês — o que normalmente não ocorre — em maio ela teria realizado 105 obturações e 466 consultas por dia; e em setembro, 124 obturações e 252 consultas diárias.

“Estamos pedindo ao Tribunal de Contas da União uma auditoria nessas contas. Se ficar constatado que há omissão e cumplicidade das autoridades e responsáveis pelas fiscalizações, as prestadoras de serviço estarão incorrendo nos artigos 312 (peculato) do Código Penal, 313/333 (corrupção passiva e ativa) e 288 (formação de bando ou de quadrilha)”, revelou Jorge Darze. Ele acrescentou que já está marcando audiência com o ministro da Saúde, Jamil Haddad, para também discutir o assunto.